



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular v1

Curso de LICENCIATURA

Unidade curricular

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III – 4º ANO TA/TAN (2022/2023)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Carlos Gonçalves Pinto (1 h 40 m de aulas teóricas por semana)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Assistentes (1 h 40 m de aulas práticas por semana)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecer os fundamentos e regimes da ação executiva cível, em ordem à aquisição de competências de aplicação crítica das normas respetivas tanto em ambiente teórico, como na vida prática.

Conteúdos programáticos



I. PARTE. EXECUÇÃO PROCESSUAL

TÍTULO I - INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I. JUSTIFICAÇÃO, PRINCÍPIOS E FONTES. § 1º. Justificação constitucional; § 2º Realização coactiva da prestação; § 3º Integração nos tipos de acções; § 4º. Princípios gerais e privativos; § 5º. Fontes; as reformas de 2003, 2008 e 2013

CAPÍTULO II. OBJECTO E ESPECIES DE EXECUÇÃO. § 6º. Causa de pedir; § 7º Pedido; § 8º. Tripartição objectiva.

TÍTULO II - ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA EXECUTIVA

CAPÍTULO I. TRIBUNAL § 9º. Competência funcional activa; § 10º. Competência funcional passiva; § 11º Secretaria.

CAPÍTULO II. AGENTE DE EXECUÇÃO § 12º. Competência funcional; § 12º-A Competência pré-executiva: o procedimento extrajudicial pré-executivo; § 13º. Escolha e destituição; § 14º. Estatuto e honorários; § 15º Responsabilidade; § 16º Regime dos actos; § 17º Reclamação dos actos; § 18º Natureza jurídica

CAPÍTULO III. REGISTO INFORMÁTICO DE EXECUÇÕES § 19º. Função e objecto; § 20º. Procedimento; § 21º Vicissitudes; § 22º Lista pública de execuções

II. PARTE. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

TÍTULO I - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO OBJECTO

CAPÍTULO I. EXEQUIBILIDADE FORMAL § 23º. Conceito e natureza de título; § 24º. Tipicidade e modalidades; § 25º Sentença condenatória; § 26º Documento autêntico ou autenticado; § 27º Documento particular; os títulos de crédito; § 28º Documentos avulsos extrajudiciais; § 29º Documentos avulsos judiciais impróprios; injunção, em especial; § 30º Título executivo europeu.

CAPÍTULO II. EXEQUIBILIDADE MATERIAL § 31º. Justificação e conceito; § 32º. Exigibilidade; § 33º Certeza; § 34º Liquidez.

TÍTULO II - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO TRIBUNAL

CAPÍTULO I. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL § 35º. Regulamentos comunitários; § 36º Direito interno; § 37º. Competência convencional.

CAPÍTULO II. COMPETÊNCIA INTERNA § 38º. Competência em razão da hierarquia; § 39º. Competência em razão da matéria; § 40º. Competência em razão da forma e do valor; § 41º. Competência em razão do território; § 42º. Competência convencional; § 43º Arbitragem executiva.

TÍTULO III - PRESSUPOSTOS RELATIVOS ÀS PARTES

§ 44º. Remissão para o regime comum; § 45º. Legitimidade singular; § 46º. Legitimidade plural: litisconsórcio e coligação; § 47º Patrocínio

TÍTULO IV - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO OBJETO

§ 48º. Pressupostos negativos; pressupostos positivos § 49º Cumulação de execuções



III. PARTE. PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO

PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

TÍTULO I - FASE INTRODUTÓRIA

CAPÍTULO I. FORMAS PROCEDIMENTAIS. § 50º. Processo comum de execução; formas ordinária e sumária; § 51º Processos especiais de execução.

CAPÍTULO II. IMPULSO. § 52º. Acto de impulso (requerimento executivo);

CAPÍTULO III. RECEBIMENTO E CITAÇÃO § 53º Recebimento e Pendência: início, modificações objectivas e intervenções de terceiros; § 54º Controlo inicial: administrativo e judicial; § 55º Citação.

CAPÍTULO IV. OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO § 56º Função e natureza; § 57º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial; § 58º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial impróprio; § 59º Causa de pedir na oposição à execução de título extrajudicial; § 60º Pedido; § 61º Pressupostos processuais; § 62º Momento e efeitos da pendência; § 63º Procedimento; § 64º Valor e efeitos materiais e processuais da sentença final; § 65º Responsabilidade civil do exequente

TÍTULO II - PENHORA

CAPÍTULO I. OBJECTO § 66º. Delimitação substantiva e subjectiva; § 67º Princípios: proporcionalidade e adequação; § 68º Bens qualitativamente impenhoráveis; § 69º Bens quantitativamente impenhoráveis; § 70º Penhorabilidade subsidiária objectiva; penhora de dívidas de cônjuges § 71º Penhorabilidade subsidiária subjectiva; § 72º Penhora na execução de herdeiro.

CAPÍTULO II. INDICAÇÃO DE BENS E ACTOS PREPARATÓRIOS § 73º. Indicação de bens; § 74º Actos preparatórios;

CAPÍTULO III. ACTO DE PENHORA § 75º Regras gerais; § 76º Penhora de coisas imóveis; § 77º Penhora de coisas móveis; § 78º Penhora de coisas móveis sujeitas a registo; § 79º Penhora de direitos

CAPÍTULO V. EFEITOS E VICISSITUDES. § 80º Efeitos da penhora; § 81º Substituição e reforço; § 82º Frustração; § 83º Levantamento;

CAPÍTULO VI. IMPUGNAÇÃO § 84º Generalidades: meios e sua articulação; § 85º Oposição à penhora; § 86º Reclamação do acto de penhora; § 87º Simples requerimento; § 88º Oposição à penhora de móveis não registáveis; § 89º Embargos de terceiro: causa de pedir e pedido; tramitação; efeitos; § 90º Recurso; § 91º Reclamação.

TÍTULO III - INTERVENÇÃO DO CÔNJUGE E RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS

CAPÍTULO I. INTERVENÇÃO DO CÔNJUGE § 92º Pressupostos; § 93º Modo de citação; § 94º Falta e nulidade da citação; § 95º Estatuto processual.

CAPÍTULO II. RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS § 96 Pressupostos; § 97º Pluralidade de execuções; § 98º Modo de citação; § 99º Falta e nulidade da citação; § 100º Reclamação espontânea; § 101º Procedimento; § 102º Sentença de graduação.

TÍTULO IV - VENDA EXECUTIVA E PAGAMENTO



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CAPÍTULO I. VENDA EXECUTIVA. § 103º Aspectos e procedimento comuns; 104º Venda de bens indivisos e patrimónios autónomos; § 105º Modalidades necessárias: venda em bolsa de capitais ou de mercadorias; venda directa; § 106º Modalidades regra: venda por leilão eletrónico; § 107º Modalidades eventuais: venda por proposta em carta fechada, venda de estabelecimento comercial, venda em estabelecimento de leilão, venda em depósito público, venda por negociação particular § 108º Direitos de terceiros: preferências reais; direito de remição; § 109º Efeitos e natureza da venda executiva; § 110º Invalidades e vícios da venda.

CAPÍTULO II. PAGAMENTO § 111º Procedimento; § 112º Pagamento mínimo; § 113º Entrega de dinheiro; § 114º Adjudicação; de vencimentos e saldos bancários, em especial; § 115º Consignação de rendimentos.

TÍTULO IV - EXTINÇÃO; RENOVAÇÃO

CAPÍTULO I. EXTINÇÃO § 116º Causas; § 117º Pagamento voluntário, em especial; § 118º Verificação; § 119º Anulação da execução

CAPÍTULO II. RENOVAÇÃO § 120º Pressupostos; § 121º Verificação.

IV. PARTE. PROCEDIMENTOS DA EXECUÇÃO

PARA ENTREGA DE COISA CERTA E DA EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO

TÍTULO I - EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA

122º Fase introdutória; § 123º Oposição à execução, em especial; § 124º Apreensão; § 125º Oposição à apreensão; § 126º Entrega; § 127º Convolação; § 128º Extinção

TÍTULO II - EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO

§ 129º Fase introdutória; fixação (eventual) de prazo § 130º Oposição à execução, em especial; § 131º Prestação pelo executado; § 132º Prestação por terceiro; § 133º Convolação; § 134º Extinção

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular
As matérias escolhidas constituem os fundamentos e regimes mais relevantes da ação executiva cível em Portugal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A matéria será lecionada em (A) AULAS TEÓRICAS (2 aulas semanais) e (B) AULAS PRÁTICAS (2 aulas semanais).

A) CRONOGRAMA DAS AULAS TEÓRICAS

SEMANA	AULA+ CONTEÚDOS
1ª SEMANA	1ª AULA: Metodologia: programa; calendário; avaliação; materiais pedagógicos; § 1º. Justificação constitucional; § 2º Realização coativa da prestação; § 3º Integração



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Início de aulas: 20.2.2023	nos tipos de acções; § 5º. Fontes; as reformas de 2003, 2008 e 2013. 2ª AULA: § 4º. Princípios gerais e privativos; § 6º. Causa de pedir; § 7º Pedido; § 8º. Tripartição objetiva
2ª SEMANA 27.2.2023	3ª AULA: § 9º. Competência funcional activa; § 10º. Competência funcional passiva; § 11º Secretaria; § 12º. Competência funcional; § § 12º-A Competência pré-executiva: o procedimento extrajudicial pré-executivo; § 13º. Escolha e destituição; § 14º. Estatuto e honorários; § 15º Responsabilidade; § 16º Regime dos actos; § 17º Reclamação dos actos; § 18º Natureza jurídica. 4ª AULA: § 19º. Função e objecto; § 20º. Procedimento; § 21º Vicissitudes; § 22º Lista pública de execuções.
3ª SEMANA 6.3.2023	5ª AULA: § 23º. Conceito e natureza de título; § 24º. Tipicidade e modalidades; § 25º Sentença condenatória; § 26º Documento autêntico ou autenticado; § 27º Documento particular. 6ª AULA: (Continuação): § 27º Documento particular; os títulos de crédito; § 28º Documentos avulsos extrajudiciais; § 29º Documentos avulsos judiciais impróprios; injunção, em especial; § 30º Título executivo europeu
4ª SEMANA 13.3.2023	7ª AULA: § 31º. Justificação e conceito; § 32º. Exigibilidade; § 33º Certeza; § 34º Liquidez. 8ª AULA: § 35º. Regulamentos comunitários; § 36º Direito interno; § 37º. Competência convencional; § 38º. Competência em razão da hierarquia; § 39º. Competência em razão da matéria;
5ª SEMANA 20.3.2023	9ª AULA: § 40º. Competência em razão da forma e do valor; § 41º. Competência em razão do território; § 42º. Competência convencional; § 43º Arbitragem executiva. 10ª AULA: § 44º. Remissão para o



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

	regime comum; § 45º. Legitimidade singular.
6ª SEMANA 27.3.2023 3.4-10.4.2023 (Férias da Páscoa)	11ª AULA: § 46º. Legitimidade plural: litisconsórcio e coligação; § 47º Patrocínio; § 48º. Pressupostos negativos; pressupostos positivos. 12ª AULA: § 49º Cumulação de execuções; § 50º. Processo comum de execução; formas ordinária e sumária; § 51º Processos especiais de execução; § 52º. Acto de impulso (requerimento executivo);
7ª SEMANA 11.4.2023	13ª AULA: § 53º Recebimento e Pendência: início, modificações objectivas e intervenções de terceiros; § 54º Controlo inicial: administrativo e judicial; § 55º Citação. 14ª AULA: § 56º Função e natureza; § 57º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial; § 58º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial impróprio; § 59º Causa de pedir na oposição à execução de título extrajudicial.
8ª SEMANA 17.4.2023	15ª AULA: § 60º Pedido; § 61º Pressupostos processuais; § 62º Momento e efeitos da pendência; § 63º Procedimento; § 64º Valor e efeitos materiais e processuais da sentença final; § 65º Responsabilidade civil do exequente. 16ª AULA: § 66º. Delimitação substantiva e subjetiva; § 67º Limites substantivos; § 68º Em especial: Penhorabilidade subsidiária subjetiva.
9ª SEMANA 24.4.2023	17ª AULA: 69º Em especial: penhorabilidade subsidiária objetiva; penhora de dívidas de cônjuges; § 70º Proporcionalidade e adequação;
10ª SEMANA 2.5.2023	18ª AULA: § 71º. Indicação de bens; § 72º Atos preparatórios; § 73º Regras gerais; § 74º Penhora de coisas imóveis. 19ª AULA: § 75º Penhora de coisas móveis; § 76º Penhora de coisas móveis sujeitas a registo; § 77º Penhora de direitos; § 78º Auto e Notificação; § 79º Vicissitudes: frustração e renovação;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

11ª SEMANA 8.5.2023	20ª AULA: § 80º Substituição, reforço e levantamento; § 81º Efeitos da penhora. 21ª AULA: § 82º Generalidades: meios e sua articulação; § 83º Oposição à penhora; § 84º Reclamação do aco de penhora; § 85º Simples requerimento; § 86º Oposição à penhora de móveis não registáveis;
12ª SEMANA 15.5.2023 Provas escritas de AC: 11-26.5.2023	22ª AULA: § 87º Embargos de terceiro: causa de pedir e pedido; tramitação; efeitos; § 89º Recurso; § 90º Reclamação. 23ª AULA: § 91º Pressupostos; § 92º Modo de citação; § 93º Falta e nulidade da citação; § 94º Estatuto processual: § 95 Pressupostos; § 96º Pluralidade de execuções; § 97º Modo de citação; § 98º Falta e nulidade da citação; § 99º Reclamação espontânea.
13ª SEMANA 22.5.2023	24ª AULA: § 100º Procedimento; § 101º Sentença de graduação; § 102º Aspetos e procedimento comuns; 103º Venda de bens indivisos e patrimónios autónomos; § 104º Modalidades necessárias: venda em bolsa de capitais ou de mercadorias; venda directa; 25ª AULA: § 105º Modalidades regra: venda por leilão eletrónico; § 106º Modalidades eventuais: venda por proposta em carta fechada, venda de estabelecimento comercial, venda em estabelecimento de leilão, venda em depósito público, venda por negociação particular § 107º Direitos de terceiros: preferências reais; direito de remição; § 108º Efeitos e natureza da venda executiva;
14ª SEMANA 29.5.2023	26ª AULA: § 109º Invalidades e vícios da venda; § 110º Procedimento; § 111º Pagamento mínimo; § 112º Entrega de dinheiro; § 113º Adjudicação; de vencimentos e saldos bancários, em especial; § 114º Consignação de rendimentos; § 115º Causas; § 116º Pagamento voluntário, em especial; § 117º Extinção da instância; recursos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

	(remissão). 27ª AULA: ENTREGA DE COISA CERTA: 118º Fase introdutória; § 119º Oposição à execução, em especial; § 120º Apreensão; § 121º Oposição à apreensão; § 122º Entrega; § 123º Convolação; § 124º Extinção; PRESTAÇÃO DE FACTO: § 125º Fase introdutória; fixação (eventual) de prazo § 126º Oposição à execução, em especial; § 127º Prestação pelo executado; § 128º Prestação por terceiro; § 129º Convolação; § 130º Extinção	

B) Nas AULAS PRÁTICAS o aluno irá colocar dúvidas, resolver casos práticos, fazer simulações de peças processuais e analisar jurisprudência, oralmente e por escrito. Estas tarefas serão objeto de AVALIAÇÃO, sendo que o pensamento crítico e criativo será especialmente valorizado.

A AVALIAÇÃO comporta os seguintes componentes

–AVALIAÇÃO CONTÍNUA (VALE 50%)

> ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 1 (30%): resolução de casos práticos, análise de jurisprudência e intervenções, chamadas orais. Pode haver lugar à realização de trabalhos de grupo.

> ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 2 (20%): trabalho escrito individual realizado em casa, entre 29 de abril e 1 de maio de 2023, salvo ajuste de data.

– PROVA ESCRITA (VALE 50%): data marcada pelo órgão escolar competente.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adotada permite desenvolver o espírito crítico e a perceção dos principais problemas suscitados pela aplicação dos regimes legais no âmbito das matérias do programa.

Bibliografia principal

ELEMENTOS DE APOIO

- i. *Direito Processual Civil. Acção Executiva. Elementos de Apoio*, Rui Gonçalves Pinto, Ana Leal (org.), AAFDL, Lisboa, 2018 (reimp.)
- ii. BLOGUE DA CADEIRA: [elearning](#)
- iii. BASE DE DADOS DE JURISPRUDÊNCIA: <http://www.dgsi.pt>
- iv. LEGISLAÇÃO NACIONAL ACTUALIZADA: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/> + www.dre.pt

BIBLIOGRAFIA

A amarelo estão marcadas as obras mais importantes para as aulas, além das obras de referência.

A. REFERÊNCIA

- PINTO, Rui, *A Acção Executiva*, AAFDL, 2018 (reimp. 2022).
_____, *Código de Processo Civil anotado*, 2 vols., Coimbra, Almedina, 2018.
_____, *Novos estudos de processo civil*, Petrony, 2017.
RUI PINTO / HELENA TOMAZ, *Procedimento extrajudicial pré-executivo. Anotado*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2019.

B. BÁSICA

- CARVALHO, J. H. Delgado de, *Acção Executiva para Pagamento de Quantia Certa*, 2ª ed., Lisboa, Quid Juris, 2016.
- FERREIRA, Fernando Amâncio, *Curso de processo de execução*, Coimbra, Almedina, 12ª ed., 2010.
- FREITAS, José Lebre de, *A acção executiva*, 7ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2017.
- FREITAS, José Lebre de / ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 1º, 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2018.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro / ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 3º, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2022.

GERALDES, António Abrantes / PIMENTA, Paulo / SOUSA, Luís Filipe Pires, *Código de Processo Civil Anotado*, 2 vols., 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2022.

GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 5ª ed., Coimbra, Almedina, 2022.

LOURENÇO, Paula Meira, *Garantias do processo equitativo na execução patrimonial*, Tese de doutoramento, FDUL, 2018.

MENDES, João de Castro/ SOUSA, Miguel Teixeira de, *Manual de processo civil*, vol. II, AAFDL, Lisboa, 2022, pp. 403 ss.

PINTO, Rui, *A suspensão dos atos de penhora no quadro das medidas extraordinárias aprovadas pela Lei nº 1- A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei nº 4- A/2020, de 6 de abril e pela Lei nº 20/2020, de 29 de maio. Notas breves*, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Lisbon Law Review LXI (2020) 1, pp. 711 ss.

_____, "Injunções em matéria de arrendamento" in *I Congresso de Direito do Arrendamento*, Luis Manuel Teles de Menezes Leitão (coord.), Almedina, Coimbra, 2019, pp. 141-181.

RIBEIRO, Virgínio / REBELO, Sérgio, *A Ação Executiva Anotada e Comentada*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2021.

SOUSA, Miguel Teixeira de, *CPC Online. CPC: art. 1º a 129º. Versão de 2022.12*, acessível em https://drive.google.com/file/d/1CZi7wDI_dGeZ94BAPPn2HF1kz-nUB_u7/view

C. COMPLEMENTAR

Sobre os regulamentos europeus

Guia prático para a aplicação do Regulamento Relativo ao Título Executivo Europeu, Google ou e-justice.europa.eu

MARINHO, Carlos M. G. de Melo, *A cobrança de créditos na Europa. Os processos europeus de injunção e de pequenas causas*, Quid Juris, Lisboa, 2012.

SILVA, Paula Costa e, *O Título Executivo Europeu*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

VOUGA, Rui Torres, *Reconhecimento e execução de decisões no âmbito do Regulamento Bruxelas II bis*, Lisboa, CEJ, 2019,

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Decisoos_Bruxelas2019.pdf

Posterior à Reforma de 2013

AMARAL, Patrícia Isabel Duarte, *Extensão do título executivo ao cômjuge do executado no novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2015.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CARVALHO, Filipa Isabel dos Santos, *Os poderes processuais do cônjuge do executado*, FDUC, Coimbra, 2018.

CARVALHO, J. H. Delgado de, *COVID-19: Impactos no processo executivo antes e após a L 16/2020, de 29/5*, publicado a 9.06.2020 no Blogue do IPPC, <https://drive.google.com/file/d/1wriMzmyTmE92dP3vywIOUB5pfHuu-xYf/view>

_____, *Jurisdição e Caso Estabilizado*, Lisboa, Quid Juris, 2017.

_____, *Sobre a venda em leilão eletrónico*, PDF, 2016.

_____, *Temas de processo civil. A prática da teoria*, Lisboa, Quid Juris, 2019.

MARQUES, J. P. Remédio, "Efeitos da ação modificativa arbitral em título executivo formado no primeiro processo objeto de execução pendente – Adaptação do título executivo versus caducidade do título formado no primeiro processo" in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XCV Tomo II, pp. 1077 ss.

MONTEIRO, Joana Pinto, "A execução para cobrança de rendas" in *I Congresso de Direito do Arrendamento*, Luis Manuel Teles de Menezes Leitão (coord.), Almedina, Coimbra, 2019, pp. 141-181

Reflexões sobre a desjudicialização da execução civil, Elias Neto, Flávia Ribeiro (coord.), Juruá, Curitiba, 2020.

RODRIGUES, Gabriela da Cunha, *A injunção à luz das recentes alterações legislativas e das reflexões do Grupo de Trabalho constituído por Despacho de 24.5.2018*, Julgar On Line, dezembro de 2019, <http://julgar.pt/a-injuncao-a-luz-das-recentes-alteracoes-legislativas-e-das-reflexoes-do-grupo-de-trabalho-constituído-por-despacho-de-24-5-2018-i-jornadas-a-sul/>

SOUSA, Miguel Teixeira de, *A compensação em processo civil: uma proposta legislativa*, publicado a 17.3.2019 no Blogue do IPPC, <https://blogippc.blogspot.com/2019/03/a-compensacao-em-processo-civil-uma.html>

_____, *Ação de demarcação. Título executivo*, publicado a 1 .7.2019, no Blogue do IPPC

_____, *Âmbito de aplicação do procedimento de injunção e da acção especial relativa ao cumprimento de obrigações pecuniárias*, publicado a 3.7.2014 no Blogue do IPPC, <https://blogippc.blogspot.com/2014/07/ambito-de-aplicacao-do-procedimento-de.html>

_____, *Caso julgado, exequibilidade e inconstitucionalidade: um apontamento comparativo (e um desafio)*, publicado a 6.01.2016 no Blogue do IPPC, <https://blogippc.blogspot.com/2016/01/caso-julgado-exequibilidade-e.html>

_____, *Consequências legais que operam ex lege e condenação oficiosa pelo tribunal (09.2018)*, disponível em

https://www.academia.edu/28630939/TEIXEIRA_DE_SOUSA_M_Consequências_legais_que_operam_ex_lege_e_condenação_oficiosa_pelo_tribunal_09_2016

_____, *Decisão estrangeira; execução; sanção pecuniária compulsória*, publicado a 13.06.2018 no Blogue do IPPC

_____, *Execução, juros compulsórios, liquidação*, publicado a 11.02.2020 no Blogue do IPPC, <https://blogippc.blogspot.com/2020/02/jurisprudencia-2019-172.html>

_____, *Penhora; rendimentos de pessoas singulares; limites*, publicado a 9.10.2018 no Blogue do IPPC, <https://blogippc.blogspot.com/2018/10/jurisprudencia-2018-88.html>

_____, *Prestação de facto; execução; prestação fungível; sanção pecuniária compulsória* publicado a 17.02.2020 no Blogue do IPPC.

Posterior à Reforma de 2008



FERNANDEZ, Elisabeth, *A (pretensa) reforma da acção executiva*, CDP 26/Abr-Jun (2009)

FREITAS, Lebre de *Apreciação do projecto de diploma de reforma da acção executiva*, ROA 68/I (2008), http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=30777&idsc=71980&ida=72371

Posterior à Reforma de 2003

Balço da Reforma da Acção Executiva. Segredo de Justiça e Dever de Reserva (II Encontro Anual de 2004), Conselho Superior da Magistratura, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

BAPTISTA, José João, *Acção Executiva*, 9.ª ed, Lisboa, SPB, 2004.

CAMPOS, Isabel Menéres, *As questões não resolvidas da reforma da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).

CAPELO, Maria José, *Pressupostos Processuais Gerais na Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 79-104.

FIALHO, António José, *Da teoria à prática. Algumas dificuldades na aplicação do novo regime da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).

FREITAS, José Lebre de, *Agente de Execução e Poder Jurisdicional*; Themis 4/VII (2003), 19-34.

_____, *Competência do tribunal de execução para a liquidação da obrigação no caso de sentença genérica arbitral*, ROA, 2006, I. ROA 66/I (2008),

<http://www.oa.pt/Publicacoes/revista/default.aspx?idc=30777&idsc=2691&volumeID=47772&anoID=47770>

_____, *O primeiro ano de uma reforma executiva adiada*, Sub Judice 29 (2005).

GARCIA, Maria Olinda, *A responsabilidade do Exequente e de Outros Intervenientes Processuais. Breves Considerações*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.

GERALDES, A. Abrantes, *Títulos Executivos*, Themis 4/VII (2003), 35-36.

GOMES, Januário da Costa Gomes, *Penhora de direitos de crédito. Breves notas*, Themis 4/VII (2003), 105-132.

GOMES, Manuel Tomé, *Balço da reforma da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).

GOUVEIA, Mariana França, *Penhora e Alienação de Bens Móveis na Reforma da Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 165-198.

_____, *Poder geral de controlo*, Sub Judice 29 (2005).

LEITÃO, Hélder Martins, *Processo de Execução*, 3.ª ed., Porto, 2006

LOURENÇO, Paula Meira, *Metodologia e Execução da Reforma da Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 261-284.

MENDES, Armindo Ribeiro, *Reclamação de Créditos no Processo Executivo*, Themis 4/VII (2003), 215-240.

PAIVA, Eduardo/CABRITA, Helena, *O Processo Executivo e o Agente de Execução – A Tramitação da Acção Executiva Face às Alterações Introduzidas pelo Decreto-Lei N.º 226/2008, de 20 de Novembro*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

PEREIRA, Joel Timóteo Ramos, *Prontuário de formulários e trâmites*, vol. IV – *Processo executivo*, Lisboa, Quid Juris, 2007.

Perguntas Frequentes sobre a Reforma da Acção Executiva, 2ª ed., MJ/GAM, Coimbra, Almedina, 2005.

PIMENTA, Paulo, *Reflexões sobre a nova acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).



- PINTO, Rui, *A acção executiva depois da reforma*, Lisboa, Quid Jus / Lex, 2004.
_____, *Penhora e Alienação de outros direitos. Algumas notas em face das alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 38/2003, de 8 de Março*, Themis 4/VII (2003), 133-164.
_____, *Penhora, Venda e Pagamento. Algumas notas em face das alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 38/2003, de 8 de Março*, Lisboa, Lex, 2003.
Reforma da acção executiva. Boas práticas, Lisboa, CEJ/ OA / CS / CFOA/ MJ-GPLEP, CSM e CSMP, 2006
- REGO, Carlos Lopes do Rego, *Comentários ao Código de Processo Civil*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2004
_____, *Papel e Estatuto dos Intervenientes no Processo Executivo*, Lisboa, Lex, 2004.
_____, *Penhorabilidade de vencimentos e pensões*, Sub Judice 29 (2005).
_____, *Requisitos da Obrigação Exequenda*, Themis 4/VII (2003), 67-78
- SAMPAIO, J. M. Gonçalves, *A acção executiva e a problemática das execuções injustas*, 2^o ed., Coimbra, Almedina, 2008.
SILVA, Paula Costa e, *As Garantias do Executado*, Themis 4/VII (2003), 199-214.
_____, *A reforma da acção executiva*, 3^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2003.
_____, *Processo de Execução*, vol. I - *Títulos Executivos Europeus*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.
SOARES, Carlos Oliveira, *O Caso Julgado na Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 241-260.
SOUSA, Miguel Teixeira de, *A reforma da acção executiva*, Lisboa, Lex, 2004.
_____, *Aspectos gerais da reforma da acção executiva*, Cadernos de Direito Privado 4 (2003), 3-25.

Anterior à Reforma de 2003 e posterior a 1961

- CASTRO, Artur Anselmo de, *A acção executiva singular, comum e especial*, Coimbra, Coimbra Editora, (1970).
- COSTA, Ary de Almeida Elias da, *Guia do Processo de Execução*, Coimbra, Almedina, (1968).
- FREITAS, José Lebre de, *A penhora do direito ao arrendamento e trespasse*, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, vol. III – Direito do Arrendamento Urbano, Coimbra, Almedina, (2002), 477-491
_____, *Da impenhorabilidade do direito do lojista de centro comercial*, sep. ROA 59/I, (1999), 60.
- LOPES, Baptista, *A penhora*, (1967).
- LOPES-CARDOSO, Eurico, *Manual da Acção Executiva*, 3^a ed., Coimbra, Almedina, 1968 (2^a reimp.1996, rev. por Álvaro Lopes-Cardoso),
- MARQUES, J.P. Remédio, *A penhora e a reforma do processo civil, em especial a penhora de depósitos bancários e do estabelecimento comercial*, Lisboa, Lex, 2000.
_____, *Curso de processo executivo comum à face do Código revisto*, Coimbra, Almedina, 2000
- MENDES, João de Castro, *Direito Processual Civil III*, Lisboa, AAFDL, (1987).
- PINTO, Rui, *A penhora por dívida dos cônjuges*, Lisboa, Lex, (1993).
- PRAZERES, Gama, *Do processo de execução no actual Código de Processo Civil*, Braga, Livraria Cruz, (1963).
- SILVA, Germano Marques da, *Lições de direito processual civil*, policop., Lisboa, UCP, (1984).
- SOUSA, Miguel Teixeira de, *Acção executiva singular*, Lex, Lisboa, (1998).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Anterior a 1961

CRUZ, Manuel Braga da, *Capacidade patrimonial dos cônjuges. Anteprojecto dum Título do futuro Código Civil.*, BMJ 69 (1957), 353-429.

REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I [- Artigos 1º a 408º], 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1948 (reimp. 1982).

_____, *Execução por dívidas dos cônjuges*, BFD XII, (1932), 203.

_____, *Processo de Execução*, 2 vols., 3ª ed., s.d., reimp., Coimbra, Coimbra Editora, (1985).

SERRA, Adriano Vaz, *Realização coactiva da prestação. Execução. Regime civil*, BMJ 73 (1958), 31-394.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Course LICENCIATURA

Curricular unit

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL III (DEBT EXECUTION) – 4TH YEAR /
DAY CLASS (2022/2023)**

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Rui Carlos Gonçalves Pinto (1 h 40 m theoretical classes per week)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Assistent teachers (1 h 40 m practical classes per week)

Learning outcomes of the curricular unit

Understanding the fundamental and legal frameworks of the civil debt execution, in order to create in the student skills of critical application of the rules in both theoretical environment as in practical court life.

Syllabus



I. PARTE. EXECUÇÃO PROCESSUAL

TÍTULO I - INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I. JUSTIFICAÇÃO, PRINCÍPIOS E FONTES. § 1º. Justificação constitucional; § 2º Realização coactiva da prestação; § 3º Integração nos tipos de acções; § 4º. Princípios gerais e privativos; § 5º. Fontes; as reformas de 2003, 2008 e 2013

CAPÍTULO II. OBJECTO E ESPECIES DE EXECUÇÃO. § 6º. Causa de pedir; § 7º Pedido; § 8º. Tripartição objectiva.

TÍTULO II - ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA EXECUTIVA

CAPÍTULO I. TRIBUNAL § 9º. Competência funcional activa; § 10º. Competência funcional passiva; § 11º Secretaria.

CAPÍTULO II. AGENTE DE EXECUÇÃO § 12º. Competência funcional; § 12º-A Competência pré-executiva: o procedimento extrajudicial pré-executivo; § 13º. Escolha e destituição; § 14º. Estatuto e honorários; § 15º Responsabilidade; § 16º Regime dos actos; § 17º Reclamação dos actos; § 18º Natureza jurídica

CAPÍTULO III. REGISTO INFORMÁTICO DE EXECUÇÕES § 19º. Função e objecto; § 20º. Procedimento; § 21º Vicissitudes; § 22º Lista pública de execuções

II. PARTE. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

TÍTULO I - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO OBJECTO

CAPÍTULO I. EXEQUIBILIDADE FORMAL § 23º. Conceito e natureza de título; § 24º. Tipicidade e modalidades; § 25º Sentença condenatória; § 26º Documento autêntico ou autenticado; § 27º Documento particular; os títulos de crédito; § 28º Documentos avulsos extrajudiciais; § 29º Documentos avulsos judiciais impróprios; injunção, em especial; § 30º Título executivo europeu.

CAPÍTULO II. EXEQUIBILIDADE MATERIAL § 31º. Justificação e conceito; § 32º. Exigibilidade; § 33º Certeza; § 34º Liquidez.

TÍTULO II - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO TRIBUNAL

CAPÍTULO I. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL § 35º. Regulamentos comunitários; § 36º Direito interno; § 37º. Competência convencional.

CAPÍTULO II. COMPETÊNCIA INTERNA § 38º. Competência em razão da hierarquia; § 39º. Competência em razão da matéria; § 40º. Competência em razão da forma e do valor; § 41º. Competência em razão do território; § 42º. Competência convencional; § 43º Arbitragem executiva.

TÍTULO III - PRESSUPOSTOS RELATIVOS ÀS PARTES

§ 44º. Remissão para o regime comum; § 45º. Legitimidade singular; § 46º. Legitimidade plural: litisconsórcio e coligação; § 47º Patrocínio

TÍTULO IV - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO OBJETO

§ 48º. Pressupostos negativos; pressupostos positivos § 49º Cumulação de execuções



III. PARTE. PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO

PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

TÍTULO I - FASE INTRODUTÓRIA

CAPÍTULO I. FORMAS PROCEDIMENTAIS. § 50º. Processo comum de execução; formas ordinária e sumária; § 51º Processos especiais de execução.

CAPÍTULO II. IMPULSO. § 52º. Acto de impulso (requerimento executivo);

CAPÍTULO III. RECEBIMENTO E CITAÇÃO § 53º Recebimento e Pendência: início, modificações objectivas e intervenções de terceiros; § 54º Controlo inicial: administrativo e judicial; § 55º Citação.

CAPÍTULO IV. OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO § 56º Função e natureza; § 57º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial; § 58º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial impróprio; § 59º Causa de pedir na oposição à execução de título extrajudicial; § 60º Pedido; § 61º Pressupostos processuais; § 62º Momento e efeitos da pendência; § 63º Procedimento; § 64º Valor e efeitos materiais e processuais da sentença final; § 65º Responsabilidade civil do exequente

TÍTULO II - PENHORA

CAPÍTULO I. OBJECTO § 66º. Delimitação substantiva e subjectiva; § 67º Princípios: proporcionalidade e adequação; § 68º Bens qualitativamente impenhoráveis; § 69º Bens quantitativamente impenhoráveis; § 70º Penhorabilidade subsidiária objectiva; penhora de dívidas de cônjuges § 71º Penhorabilidade subsidiária subjectiva; § 72º Penhora na execução de herdeiro.

CAPÍTULO II. INDICAÇÃO DE BENS E ACTOS PREPARATÓRIOS § 73º. Indicação de bens; § 74º Actos preparatórios;

CAPÍTULO III. ACTO DE PENHORA § 75º Regras gerais; § 76º Penhora de coisas imóveis; § 77º Penhora de coisas móveis; § 78º Penhora de coisas móveis sujeitas a registo; § 79º Penhora de direitos

CAPÍTULO V. EFEITOS E VICISSITUDES. § 80º Efeitos da penhora; § 81º Substituição e reforço; § 82º Frustração; § 83º Levantamento;

CAPÍTULO VI. IMPUGNAÇÃO § 84º Generalidades: meios e sua articulação; § 85º Oposição à penhora; § 86º Reclamação do acto de penhora; § 87º Simples requerimento; § 88º Oposição à penhora de móveis não registáveis; § 89º Embargos de terceiro: causa de pedir e pedido; tramitação; efeitos; § 90º Recurso; § 91º Reclamação.

TÍTULO III - INTERVENÇÃO DO CÔNJUGE E RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS

CAPÍTULO I. INTERVENÇÃO DO CÔNJUGE § 92º Pressupostos; § 93º Modo de citação; § 94º Falta e nulidade da citação; § 95º Estatuto processual.

CAPÍTULO II. RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS § 96 Pressupostos; § 97º Pluralidade de execuções; § 98º Modo de citação; § 99º Falta e nulidade da citação; § 100º Reclamação espontânea; § 101º Procedimento; § 102º Sentença de graduação.

TÍTULO IV - VENDA EXECUTIVA E PAGAMENTO



CAPÍTULO I. VENDA EXECUTIVA. § 103º Aspectos e procedimento comuns; 104º Venda de bens indivisíveis e patrimónios autónomos; § 105º Modalidades necessárias: venda em bolsa de capitais ou de mercadorias; venda directa; § 106º Modalidades regra: venda por leilão eletrónico; § 107º Modalidades eventuais: venda por proposta em carta fechada, venda de estabelecimento comercial, venda em estabelecimento de leilão, venda em depósito público, venda por negociação particular § 108º Direitos de terceiros: preferências reais; direito de remição; § 109º Efeitos e natureza da venda executiva; § 110º Invalidades e vícios da venda.

CAPÍTULO II. PAGAMENTO § 111º Procedimento; § 112º Pagamento mínimo; § 113º Entrega de dinheiro; § 114º Adjudicação; de vencimentos e saldos bancários, em especial; § 115º Consignação de rendimentos.

TÍTULO IV - EXTINÇÃO; RENOVAÇÃO

CAPÍTULO I. EXTINÇÃO § 116º Causas; § 117º Pagamento voluntário, em especial; § 118º Verificação; § 119º Anulação da execução

CAPÍTULO II. RENOVAÇÃO § 120º Pressupostos; § 121º Verificação.

IV. PARTE. PROCEDIMENTOS DA EXECUÇÃO

PARA ENTREGA DE COISA CERTA E DA EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO

TÍTULO I - EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA

122º Fase introdutória; § 123º Oposição à execução, em especial; § 124º Apreensão; § 125º Oposição à apreensão; § 126º Entrega; § 127º Convolação; § 128º Extinção

TÍTULO II - EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO

§ 129º Fase introdutória; fixação (eventual) de prazo § 130º Oposição à execução, em especial; § 131º Prestação pelo executado; § 132º Prestação por terceiro; § 133º Convolação; § 134º Extinção

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The chosen matters are both the fundamentals of the debt execution in Portugal as the most important aspects of the portuguese legal framework.

Teaching methodologies (including evaluation)

The matters will be taught in (A) THEORETICAL CLASSES (2 classes per week) and in (B) PRACTICAL CLASSES (2 classes per week).

A) THEORETICAL CLASSES TIMETABLE

WEEK	CLASS + SUBJECT
	1st CLASS: Metodologia: programa; calendário; avaliação; materiais



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1st WEEK Begining of the classes: 20.2.2023	pedagógicos; § 1º. Justificação constitucional; § 2º Realização coactiva da prestação; § 3º Integração nos tipos de acções; § 5º. Fontes; as reformas de 2003, 2008 e 2013. 2nd CLASS: § 4º. Princípios gerais e privativos; § 6º. Causa de pedir; § 7º Pedido; § 8º. Tripartição objectiva
2nd WEEK 27.2.2023	3rd CLASS: § 9º. Competência funcional activa; § 10º. Competência funcional passiva; § 11º Secretaria; § 12º. Competência funcional; § § 12º-A Competência pré-executiva: o procedimento extrajudicial pré-executivo; § 13º. Escolha e destituição; § 14º. Estatuto e honorários; § 15º Responsabilidade; § 16º Regime dos actos; § 17º Reclamação dos actos; § 18º Natureza jurídica. 4th CLASS: § 19º. Função e objecto; § 20º. Procedimento; § 21º Vicissitudes; § 22º Lista pública de execuções.
3rd WEEK 6.3.2023	5th CLASS: § 23º. Conceito e natureza de título; § 24º. Tipicidade e modalidades; § 25º Sentença condenatória; § 26º Documento autêntico ou autenticado; § 27º Documento particular. 6th CLASS: (Continuação): § 27º Documento particular; os títulos de crédito; § 28º Documentos avulsos extrajudiciais; § 29º Documentos avulsos judiciais impróprios; injunção, em especial; § 30º Título executivo europeu
4th WEEK 13.3.2023	7th CLASS: § 31º. Justificação e conceito; § 32º. Exigibilidade; § 33º Certeza; § 34º Liquidez. 8th CLASS: § 35º. Regulamentos comunitários; § 36º Direito interno; § 37º. Competência convencional; § 38º. Competência em razão da hierarquia; § 39º. Competência em razão da matéria;
5th WEEK 20.3.2023	9th CLASS: § 40º. Competência em razão da forma e do valor; § 41º. Competência em razão do território;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

	§ 42º. Competência convencional; § 43º Arbitragem executiva. 10th CLASS: § 44º. Remissão para o regime comum; § 45º. Legitimidade singular.
6th WEEK 27.3.2023 3.4-10.4.2023 (Easter Holidays)	11th CLASS: § 46º. Legitimidade plural: litisconsórcio e coligação; § 47º Patrocínio; § 48º. Pressupostos negativos; pressupostos positivos. 12th CLASS: § 49º Cumulação de execuções; § 50º. Processo comum de execução; formas ordinária e sumária; § 51º Processos especiais de execução; § 52º. Acto de impulso (requerimento executivo);
7th WEEK 11.4.2023	13th CLASS: § 53º Recebimento e Pendência: início, modificações objectivas e intervenções de terceiros; § 54º Controlo inicial: administrativo e judicial; § 55º Citação. 14th CLASS: § 56º Função e natureza; § 57º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial; § 58º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial impróprio; § 59º Causa de pedir na oposição à execução de título extrajudicial.
8th WEEK 17.4.2023	15th CLASS: § 60º Pedido; § 61º Pressupostos processuais; § 62º Momento e efeitos da pendência; § 63º Procedimento; § 64º Valor e efeitos materiais e processuais da sentença final; § 65º Responsabilidade civil do exequente. 16th CLASS: § 66º. Delimitação substantiva e subjetiva; § 67º Limites substantivos; § 68º Em especial: Penhorabilidade subsidiária subjetiva;
9th WEEK 24.4.2023	17th CLASS: 69º Em especial: penhorabilidade subsidiária objetiva; penhora de dívidas de cônjuges; § 70º Proporcionalidade e adequação;
10th WEEK 2.5.2023	18th CLASS: § 71º. Indicação de bens; § 72º Atos preparatórios; § 73º Regras gerais; § 74º Penhora de coisas imóveis. 19th CLASS: § 75º Penhora de coisas móveis; § 76º Penhora de coisas móveis sujeitas a registo; § 77º Penhora de direitos; §



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

	78º Auto e Notificação; § 79º Vicissitudes: frustração e renovação;
11st WEEK 8.5.2023	20th CLASS: § 80º Substituição, reforço e levantamento; § 81º Efeitos da penhora 21st CLASS: § 82º Generalidades: meios e sua articulação; § 83º Oposição à penhora; § 84º Reclamação do acto de penhora; § 85º Simples requerimento; § 86º Oposição à penhora de móveis não registáveis;
12nd WEEK 15.5.2023 Written Tests: 11-26.5.2023	22nd CLASS: § 87º Embargos de terceiro: causa de pedir e pedido; tramitação; efeitos; § 89º Recurso; § 90º Reclamação. 23th CLASS: § 91º Pressupostos; § 92º Modo de citação; § 93º Falta e nulidade da citação; § 94º Estatuto processual: § 95 Pressupostos; § 96º Pluralidade de execuções; § 97º Modo de citação; § 98º Falta e nulidade da citação; § 99º Reclamação espontânea.
13th WEEK 22.5.2023	24th CLASS: § 100º Procedimento; § 101º Sentença de graduação; § 102º Aspectos e procedimento comuns; 103º Venda de bens indivisos e patrimónios autónomos; § 104º Modalidades necessárias: venda em bolsa de capitais ou de mercadorias; venda directa; 25th CLASS: § 105º Modalidades regra: venda por leilão eletrónico; § 106º Modalidades eventuais: venda por proposta em carta fechada, venda de estabelecimento comercial, venda em estabelecimento de leilão, venda em depósito público, venda por negociação particular § 107º Direitos de terceiros: preferências reais; direito de remição; § 108º Efeitos e natureza da venda executiva;
14th WEEK 29.5.2023	26th CLASS: § 109º Invalidades e vícios da venda; § 110º Procedimento; § 111º Pagamento mínimo; § 112º Entrega de dinheiro;



	<p>§ 113º Adjudicação; de vencimentos e saldos bancários, em especial; § 114º Consignação de rendimentos; § 115º Causas; § 116º Pagamento voluntário, em especial; § 117º Extinção da instância; recursos (remissão). 27th CLASS: ENTREGA DE COISA CERTA: 118º Fase introdutória; § 119º Oposição à execução, em especial; § 120º Apreensão; § 121º Oposição à apreensão; § 122º Entrega; § 123º Convolação; § 124º Extinção; PRESTAÇÃO DE FACTO: § 125º Fase introdutória; fixação (eventual) de prazo § 126º Oposição à execução, em especial; § 127º Prestação pelo executado; § 128º Prestação por terceiro; § 129º Convolação; § 130º Extinção</p>	

B) In the PRACTICAL CLASS the student will place questions, solve practical hypothetical situations, elaborate simulated procedural acts and analyse court decisions. These tasks will be evaluated both orally as in writing. Critical and creative thinking will be especially considered valued.

The EVALUATION is composed of the following elements

– CONTINUOUS EVALUATION (50%)

- **ELEMENT Nr 1 (30%): practical cases resolution, court decisions analyses and oral contributions; oral questions may take place. The students may also be demanded to make team works.**
- **EVALUATION ELEMENT Nr 2 (20%): home written work made in the 29th of April and the 1st of May 2023, unless further date rectification.**

– EVALUATION WRITTEN TEST (50%): The date will be scheduled by the school.



Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes
The methodology allows to develop critical thinking and better perception of the main issues raised by the application of legal regimes within the subjects of the program.

Main Bibliography

WEB SUPPORTING ELEMENTS

- i. *Direito Processual Civil. Acção Executiva. Elementos de Apoio*, Rui Gonçalves Pinto, Ana Leal (org.), AAFDL, Lisboa, 2018 (reimp.)
- ii. BLOG PAGE: [elearning](#)
- iii. COURT DECISIONS DATABASE: <http://www.dgsi.pt>
- iv. UPTODATED PORTUGUESE LAW: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/> + www.dre.pt

BIBLIOGRAPHY

The most important books are marked in yellow, aside the "reference" books.

A. REFERENCE

- PINTO, Rui, *A Acção Executiva*, AAFDL, 2018.
_____, *Código de Processo Civil anotado*, 2 vols., Coimbra, Almedina, 2018.
_____, *Novos estudos de processo civil*, Petrony, 2017.
RUI PINTO / HELENA TOMAZ, *Procedimento extrajudicial pré-executivo. Anotado*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2019.

B. BASIC

- CARVALHO, J. H. Delgado de, *Acção Executiva para Pagamento de Quantia Certa*, 2ª ed., Lisboa, Quid Juris, 2016.
- FERREIRA, Fernando Amâncio, *Curso de processo de execução*, Coimbra, Almedina, 12ª ed., 2010.
- FREITAS, José Lebre de, *A acção executiva*, 7ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2017.
- FREITAS, José Lebre de / ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 1º, 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2018.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro / ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 3º, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2022.

GERALDES, António Abrantes / PIMENTA, Paulo / SOUSA, Luís Filipe Pires, *Código de Processo Civil Anotado*, 2 vols., 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2022.

GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 5ª ed., Coimbra, Almedina, 2022.

LOURENÇO, Paula Meira, *Garantias do processo equitativo na execução patrimonial*, Tese de doutoramento, FDUL, 2018.

MENDES, João de Castro/ SOUSA, Miguel Teixeira de, *Manual de processo civil*, vol. II, AAFDL, Lisboa, 2022, pp. 403 ss.

PINTO, Rui, *A suspensão dos atos de penhora no quadro das medidas extraordinárias aprovadas pela Lei nº 1- A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei nº 4- A/2020, de 6 de abril e pela Lei nº 20/2020, de 29 de maio. Notas breves*, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Lisbon Law Review LXI (2020) 1, pp. 711 ss.

_____, "Injunções em matéria de arrendamento" in *I Congresso de Direito do Arrendamento*, Luis Manuel Teles de Menezes Leitão (coord.), Almedina, Coimbra, 2019, pp. 141-181.

RIBEIRO, Virgínio / REBELO, Sérgio, *A Ação Executiva Anotada e Comentada*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2021.

SOUSA, Miguel Teixeira de, *CPC Online. CPC: art. 1º a 129º. Versão de 2022.12*, acessível em https://drive.google.com/file/d/1CZi7wDI_dGeZ94BAPPn2HFikz-nUB_u7/view

C. ADDITIONAL

On european regulamentations

Guia prático para a aplicação do Regulamento Relativo ao Título Executivo Europeu, Google or e-justice.europa.eu

MARINHO, Carlos M. G. de Melo, *A cobrança de créditos na Europa. Os processos europeus de injunção e de pequenas causas*, Quid Juris, Lisboa, 2012.

SILVA, Paula Costa e, *O Título Executivo Europeu*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

VOUGA, Rui Torres, *Reconhecimento e execução de decisões no âmbito do Regulamento Bruxelas II bis*, Lisboa, CEJ, 2019,

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Decisoes_Bruxelas2019.pdf

After the 2013 Legal Reform

AMARAL, Patrícia Isabel Duarte, *Extensão do título executivo ao cônjuge do executado no novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2015.



CARVALHO, Filipa Isabel dos Santos, *Os poderes processuais do cônjuge do executado*, FDUC, Coimbra, 2018.

CARVALHO, J. H. Delgado de, *COVID-19: Impactos no processo executivo antes e após a L 16/2020, de 29/5*, publicado a 9.06.2020 no Blogue do IPPC, <https://drive.google.com/file/d/1wriMzmyTmE92dP3vywIOUB5pfHuu-xYf/view>

_____, *Jurisdição e Caso Estabilizado*, Lisboa, Quid Juris, 2017.

_____, *Sobre a venda em leilão eletrónico*, PDF, 2016.

_____, *Temas de processo civil. A prática da teoria*, Lisboa, Quid Juris, 2019.

MARQUES, J. P. Remédio, "Efeitos da ação modificativa arbitral em título executivo formado no primeiro processo objeto de execução pendente – Adaptação do título executivo *versus* caducidade do título formado no primeiro processo" in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XCV Tomo II, pp. 1077 ss.

MONTEIRO, Joana Pinto, "A execução para cobrança de rendas" in *I Congresso de Direito do Arrendamento*, Luis Manuel Teles de Menezes Leitão (coord.), Almedina, Coimbra, 2019, pp. 141-181

Reflexões sobre a desjudicialização da execução civil, Elias Neto, Flávia Ribeiro (coord.), Juruá, Curitiba, 2020.

RODRIGUES, Gabriela da Cunha, *A injunção à luz das recentes alterações legislativas e das reflexões do Grupo de Trabalho constituído por Despacho de 24.5.2018*, Julgar On Line, dezembro de 2019, <http://julgar.pt/a-injuncao-a-luz-das-recentes-alteracoes-legislativas-e-das-reflexoes-do-grupo-de-trabalho-constituído-por-despacho-de-24-5-2018-i-jornadas-a-sul/>

SOUSA, Miguel Teixeira de, *A compensação em processo civil: uma proposta legislativa*, publicado a 17.3.2019 no Blogue do IPPC, <https://blogippc.blogspot.com/2019/03/a-compensacao-em-processo-civil-uma.html>

_____, *Ação de demarcação. Título executivo*, publicado a 1 .7.2019, no Blogue do IPPC

_____, *Âmbito de aplicação do procedimento de injunção e da acção especial relativa ao cumprimento de obrigações pecuniárias*, publicado a 3.7.2014 no Blogue do IPPC, <https://blogippc.blogspot.com/2014/07/ambito-de-aplicacao-do-procedimento-de.html>

_____, *Caso julgado, exequibilidade e inconstitucionalidade: um apontamento comparativo (e um desafio)*, publicado a 6.01.2016 no Blogue do IPPC, <https://blogippc.blogspot.com/2016/01/caso-julgado-exequibilidade-e.html>

_____, *Consequências legais que operam ex lege e condenação oficiosa pelo tribunal (09.2018)*, disponível em

https://www.academia.edu/28630939/TEIXEIRA_DE_SOUSA_M_Consequências_legais_que_operam_ex_lege_e_condenação_oficiosa_pelo_tribunal_09_2016

_____, *Decisão estrangeira; execução; sanção pecuniária compulsória*, publicado a 13.06.2018 no Blogue do IPPC

_____, *Execução, juros compulsórios, liquidação*, publicado a 11.02.2020 no Blogue do IPPC, <https://blogippc.blogspot.com/2020/02/jurisprudencia-2019-172.html>

_____, *Penhora; rendimentos de pessoas singulares; limites*, publicado a 9.10.2018 no Blogue do IPPC, <https://blogippc.blogspot.com/2018/10/jurisprudencia-2018-88.html>

_____, *Prestação de facto; execução; prestação fungível; sanção pecuniária compulsória* publicado a 17.02.2020 no Blogue do IPPC.

After the 2008 Legal Reform



FERNANDEZ, Elisabeth, *A (pretensa) reforma da acção executiva*, CDP 26/Abr-Jun (2009)

FREITAS, Lebre de *Apreciação do projecto de diploma de reforma da acção executiva*, ROA 68/I (2008), http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=30777&idsc=71980&ida=72371

After the 2003 Legal Reform

Balanço da Reforma da Acção Executiva. Segredo de Justiça e Dever de Reserva (II Encontro Anual de 2004), Conselho Superior da Magistratura, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

BAPTISTA, José João, *Acção Executiva*, 9.ª ed, Lisboa, SPB, 2004.

CAMPOS, Isabel Menéres, *As questões não resolvidas da reforma da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).

CAPELO, Maria José, *Pressupostos Processuais Gerais na Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 79-104.

FIALHO, António José, *Da teoria à prática. Algumas dificuldades na aplicação do novo regime da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).

FREITAS, José Lebre de, *Agente de Execução e Poder Jurisdicional*; Themis 4/VII (2003), 19-34.

_____, *Competência do tribunal de execução para a liquidação da obrigação no caso de sentença genérica arbitral*, ROA, 2006, I. ROA 66/I (2008),

<http://www.oa.pt/Publicacoes/revista/default.aspx?idc=30777&idsc=2691&volumeID=47772&anoID=47770>

_____, *O primeiro ano de uma reforma executiva adiada*, Sub Judice 29 (2005).

GARCIA, Maria Olinda, *A responsabilidade do Exequente e de Outros Intervenientes Processuais. Breves Considerações*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.

GERALDES, A. Abrantes, *Títulos Executivos*, Themis 4/VII (2003), 35-36.

GOMES, Januário da Costa Gomes, *Penhora de direitos de crédito. Breves notas*, Themis 4/VII (2003), 105-132.

GOMES, Manuel Tomé, *Balanço da reforma da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).

GOUVEIA, Mariana França, *Penhora e Alienação de Bens Móveis na Reforma da Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 165-198.

_____, *Poder geral de controlo*, Sub Judice 29 (2005).

LEITÃO, Hélder Martins, *Processo de Execução*, 3.ª ed., Porto, 2006

LOURENÇO, Paula Meira, *Metodologia e Execução da Reforma da Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 261-284.

MENDES, Armindo Ribeiro, *Reclamação de Créditos no Processo Executivo*, Themis 4/VII (2003), 215-240.

PAIVA, Eduardo/CABRITA, Helena, *O Processo Executivo e o Agente de Execução – A Tramitação da Acção Executiva Face às Alterações Introduzidas pelo Decreto-Lei N.º 226/2008, de 20 de Novembro*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

PEREIRA, Joel Timóteo Ramos, *Prontuário de formulários e trâmites*, vol. IV – *Processo executivo*, Lisboa, Quid Juris, 2007.

Perguntas Frequentes sobre a Reforma da Acção Executiva, 2ª ed., MJ/GAM, Coimbra, Almedina, 2005.

PIMENTA, Paulo, *Reflexões sobre a nova acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).



- PINTO, Rui, *A acção executiva depois da reforma*, Lisboa, Quid Jus / Lex, 2004.
_____, *Penhora e Alienação de outros direitos. Algumas notas em face das alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 38/2003, de 8 de Março*, Themis 4/VII (2003), 133-164.
_____, *Penhora, Venda e Pagamento. Algumas notas em face das alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 38/2003, de 8 de Março*, Lisboa, Lex, 2003.
Reforma da acção executiva. Boas práticas, Lisboa, CEJ/ OA / CS / CFOA/ MJ-GPLEP, CSM e CSMP, 2006
- REGO, Carlos Lopes do Rego, *Comentários ao Código de Processo Civil*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2004
_____, *Papel e Estatuto dos Intervenientes no Processo Executivo*, Lisboa, Lex, 2004.
_____, *Penhorabilidade de vencimentos e pensões*, Sub Judice 29 (2005).
_____, *Requisitos da Obrigação Exequenda*, Themis 4/VII (2003), 67-78
- SAMPAIO, J. M. Gonçalves, *A acção executiva e a problemática das execuções injustas*, 2^o ed., Coimbra, Almedina, 2008.
SILVA, Paula Costa e, *As Garantias do Executado*, Themis 4/VII (2003), 199-214.
_____, *A reforma da acção executiva*, 3^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2003.
_____, *Processo de Execução*, vol. I - *Títulos Executivos Europeus*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.
SOARES, Carlos Oliveira, *O Caso Julgado na Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 241-260.
SOUSA, Miguel Teixeira de, *A reforma da acção executiva*, Lisboa, Lex, 2004.
_____, *Aspectos gerais da reforma da acção executiva*, Cadernos de Direito Privado 4 (2003), 3-25.

Prior to the 2008 Legal Reform and after the 1961 Legal Reform

- CASTRO, Artur Anselmo de, *A acção executiva singular, comum e especial*, Coimbra, Coimbra Editora, (1970).
- COSTA, Ary de Almeida Elias da, *Guia do Processo de Execução*, Coimbra, Almedina, (1968).
- FREITAS, José Lebre de, *A penhora do direito ao arrendamento e trespasse*, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, vol. III – Direito do Arrendamento Urbano, Coimbra, Almedina, (2002), 477-491
_____, *Da impenhorabilidade do direito do lojista de centro comercial*, sep. ROA 59/I, (1999), 60.
- LOPES, Baptista, *A penhora*, (1967).
- LOPES-CARDOSO, Eurico, *Manual da Acção Executiva*, 3^a ed., Coimbra, Almedina, 1968 (2^a reimp.1996, rev. por Álvaro Lopes-Cardoso),
- MARQUES, J.P. Remédio, *A penhora e a reforma do processo civil, em especial a penhora de depósitos bancários e do estabelecimento comercial*, Lisboa, Lex, 2000.
_____, *Curso de processo executivo comum à face do Código revisto*, Coimbra, Almedina, 2000
- MENDES, João de Castro, *Direito Processual Civil III*, Lisboa, AAFDL, (1987).
- PINTO, Rui, *A penhora por dívida dos cônjuges*, Lisboa, Lex, (1993).
- PRAZERES, Gama, *Do processo de execução no actual Código de Processo Civil*, Braga, Livraria Cruz, (1963).
- SILVA, Germano Marques da, *Lições de direito processual civil*, policop., Lisboa, UCP, (1984).
- SOUSA, Miguel Teixeira de, *Acção executiva singular*, Lex, Lisboa, (1998).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Prior to the 1961 Legal Reform

CRUZ, Manuel Braga da, *Capacidade patrimonial dos cônjuges. Anteprojecto dum Título do futuro Código Civil.*, BMJ 69 (1957), 353-429.

REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I [- Artigos 1º a 408º], 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1948 (reimp. 1982).

_____, *Execução por dívidas dos cônjuges*, BFD XII, (1932), 203.

_____, *Processo de Execução*, 2 vols., 3ª ed., s.d., reimp., Coimbra, Coimbra Editora, (1985).

SERRA, Adriano Vaz, *Realização coactiva da prestação. Execução. Regime civil*, BMJ 73 (1958), 31-394.